

**Santa Casa da Misericórdia de Sines**

# **Relatório de Gestão**

**Lídia Mateus**



**2017**

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	2
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS.....	3
ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	
ANÁLISE ECONÓMICA.....	4
ANÁLISE FINANCEIRA.....	7
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.....	7

## INTRODUÇÃO

A diversidade de serviços prestados pela SCMS aos seus vários tipos de clientes conduzem inevitavelmente a uma gestão diária complexa com uma multiplicidade de despesas e receitas. O rigor e a transparência são características fundamentais na gestão da Instituição, sendo a apresentação de contas, por parte dos corpos gerentes, um momento crucial na atividade da Instituição, e que reflete toda a complexidade, rigor e transparência atrás referidos.

Tal como nos últimos anos, 2017 foi um ano marcado por uma preocupação redobrada com a sustentabilidade da Instituição. A redução de custos, sem prejuízo do serviço prestado aos utentes, sem colocar em causa a modernização da Instituição e o aumento de serviços prestados tem sido uma preocupação permanente, que se reflete no presente relatório de gestão.

**ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**

- Operacionalização do programa de gestão técnica QualityAlive
- 501º Aniversário
- Inauguração das novas Instalações do CAV “Mãe Sol”
- Comemorações de Carnaval
- Mudança das utentes para as novas instalações do CAV “Mãe Sol” - Sines
- Noite de Fados para angariação de fundos
- Visita Pastoral do Bispo da Diocese de Beja
- Mostra Informa – Projeto CLDS
- Novo Programa Alimentar
- Comemorações de Natal

**ANÁLISE ECONOMICA E FINANCEIRA****ANÁLISE ECONÓMICA**

A situação económica da Santa Casa da Misericórdia de Sines, no exercício de 2017, evidencia uma evolução em termos de rendimentos e gastos, a qual reflete a atividade desenvolvida pela Instituição, a concretização dos objetivos e o planeamento idealizado.

O resultado líquido, negativo, do exercício, cifrou-se em 21.220 €.

Em termos de estrutura de rendimentos e gastos, apresenta a composição seguinte:

**Rendimentos e Ganhos**

(em euros)

Rubricas	2017	2016	Variação
Vendas e serviços prestados	2.109.053,66	2.004.094,04	5,24%
Subsídios à exploração	2.214.787,90	2.251.324,72	-1,62%
Outros rendimentos e ganhos	458.973,76	285.937,36	60,52%
Juros e rendimentos similares obtidos	2,53	382,04	-99,34%
<b>TOTAL</b>	<b>4.782.817,85</b>	<b>4.541.738,16</b>	<b>5,31%</b>

**Gastos e Perdas**

(em euros)

Rubricas	2017	2016	Variação
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	687.942,01	673.174,86	2,19%
Fornecimentos e serviços externos	768.174,40	770.978,47	-0,36%
Gastos com o pessoal	3.006.856,22	2.976.386,61	1,02%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	33.854,78	7.415,59	356,54%
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	0,00	0,00%
Outros gastos e perdas	25.656,50	39.222,74	-34,59%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	257.647,86	283.853,41	-9,23%
Juros e gastos similares suportados	23.906,08	43.715,74	-45,31%
<b>TOTAL</b>	<b>4.804.037,85</b>	<b>4.794.747,42</b>	<b>0,19%</b>
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>-21.220,00</b>	<b>-253.009,26</b>	<b>-91,61%</b>

## Demonstração de resultados

Verifica-se que o resultado do exercício, que foi negativo em 253.009,26 € em 2016, passando a 21.220 €, negativos, em 2017.

Com efeito, verifica-se em 2017 um aumento global dos rendimentos de vendas e prestações de serviços na ordem dos 5,2% comparativamente a 2016.

O aumento resulta principalmente da variação positiva de matrículas e mensalidades (+ 99.000 € que representam um aumento de 5,4%) embora se tenha registado uma diminuição de cerca de 5.000 € nos complementos por dependência, da faturação de fraldas (mais cerca de 8.000 €) e dos serviços de enfermagem (mais cerca de 126%). No caso dos serviços de enfermagem, a variação é explicada pelo facto de em 2017 terem sido faturados 12 meses enquanto em 2016 só o 2º semestre foi faturado.

Destaca-se também a redução ocorrida na fisioterapia de cerca de 12%.

## Subsídios à exploração

A diminuição de 36.536,28 € (-1,62%) nesta rubrica em 2017, comparativamente a 2016, resulta:

- Dos donativos em -140.217,20 €;
- Da Autarquia em +28.000€;
- Do projeto POISE (+ 46.156,08 €) – RLIS, CLDS e POAPMC.

## Outros rendimentos e ganhos

O aumento de 184.505,60 € nesta rubrica em 2017 comparativamente a 2016, destacando-se as rubricas de alienação de ativos fixos tangíveis (venda de 2 imóveis) no valor de 108.500 € e Correções relativas a períodos anteriores – aumento de 112.426,47€;

Já no caso dos gastos tem-se, na análise às principais rubricas:

## CMVMC

Os gastos desta rubrica aumentaram em 2,19%, dos quais, 5.615,51 € nas fraldas e 9.151,64 € nos géneros alimentares comparativamente com 2016.

Ao aumento nos gastos com fraldas correspondeu a um aumento na faturação a utentes de cerca de 7.933,30 € comparativamente a 2016.

## Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica registou uma diminuição de 2.804,07 € (-0,36%) em 2017 comparativamente a 2016.

## Gastos com o pessoal

Esta rubrica registou um aumento de 30.469,61 € (+1.02%) em 2017 comparativamente a 2016, proveniente em grande parte do aumento do SMN.

Em conclusão, houve uma estabilização dos gastos em 2017 (+0,19%). É de referir que o Resultado Operacional, que é o resultado gerado pela Instituição sendo apurado pela diferença entre os Proveitos Operacionais e os Custos Operacionais (antes de depreciações), em 2016 foi positivo em cerca de 74.000 €, passou a positivo em 2017 em cerca de 260.000 €.

## ANÁLISE FINANCEIRA

Da análise ao balanço, constata-se o equilíbrio da estrutura financeira da Santa Casa da Misericórdia de Sines relativamente ao exercício de 2016, sustentado pelos rácios de autonomia financeira, apurado em cerca de 0,58, o rácio de dependência financeira em 0,42 e o rácio de solvabilidade total apurado em cerca de 1,39.

### Execução Orçamental

Rubricas	Períodos		Diferença	Variação (%)
	Orçamentado	Real		
Vendas e Serviços prestados	2.060.000,00 €	2.109.053,66 €	49.053,66 €	-2,33%
Subsídios, doações e legados à exploração	2.207.050,00 €	2.214.787,90 €	7.737,90 €	-0,35%
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-435.000,00 €	-687.942,01 €	-252.942,01 €	-36,77%
Fornecedores e Serviços externos	-700.000,00 €	-768.174,40 €	-68.174,40 €	-8,87%
Gastos com o Pessoal	-2.934.500,00 €	-3.006.856,22 €	-72.356,22 €	-2,41%
Provisões (aumentos/reduções)	-10.000,00 €	0,00 €	10.000,00 €	0,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00 €	-33.854,78 €	-33.854,78 €	-100,00%
Outros rendimentos e ganhos	225.000,00 €	458.973,76 €	233.973,76 €	-50,98%
Outros gastos e perdas	-30.000,00 €	-25.656,50 €	4.343,50 €	16,93%
<b>Resultados operacionais antes de depreciações, gastos de financiamento e imposto (EBITA)</b>	<b>382.550,00 €</b>	<b>260.331,41 €</b>	<b>-122.218,59 €</b>	<b>46,95%</b>
Gastos/reversões de depreciação de amortização	-282.800,00 €	-257.647,86 €	25.152,14 €	9,76%
<b>Resultados operacionais (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)</b>	<b>99.750,00 €</b>	<b>2.683,55 €</b>	<b>-97.066,45 €</b>	<b>3617,09%</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00 €	2,53 €	2,53 €	-100,00%
Juros e gastos similares suportados	-99.000,00 €	-23.906,08 €	75.093,92 €	314,12%
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>750,00 €</b>	<b>-21.220,00 €</b>	<b>-21.970,00 €</b>	<b>-103,53%</b>

Rubricas	Orçamentado	Real	Real em curso	Total real	Diferença	Variação (%)
Edif. e outras constr.	1.191.000,00 €	151.545,48 €	114.336,96 €	265.882,44 €	-925.117,56 €	347,94%
Equi. Básico	52.000,00 €	66.036,60 €	0,00 €	66.036,60 €	14.036,60 €	-21,26%
Equi. Transporte	50.000,00 €	4.791,98 €	0,00 €	4.791,98 €	-45.208,02 €	943,41%
Ferramentas e Uten.	10.000,00 €		0,00 €	0,00 €	-10.000,00 €	0,00%
Equi. Administrativo	2.000,00 €	6.932,66 €	0,00 €	6.932,66 €	4.932,66 €	-71,15%
Outros AFT	65.000,00 €	19.429,16 €	0,00 €	19.429,16 €	-45.570,84 €	234,55%
<b>TOTAL</b>	<b>1.370.000,00 €</b>	<b>248.735,88 €</b>	<b>114.336,96 €</b>	<b>363.072,84 €</b>	<b>-1.006.927,16 €</b>	<b>277,33%</b>



# «*Santa Casa da Misericórdia de Sines*»

---

Demonstrações Financeiras  
31 de Dezembro de 2017

06 de abril de 2018

*(O presente documento inclui os elementos definidos pela portaria n.º 105/2011, de 14 de Março – Série I – n.º 51)*

**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SINES**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**  
*(Montantes expressos em Euros)*

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**  
 (Montantes expressos em Euros)

	<u>«Balanço»</u>			
Rubricas	31/12/2017 (1)	31/12/2016 (2)	Variação % (1)-(2)	
<b>ACTIVO:</b>				
<b>Activo não corrente:</b>				
Activos fixos tangíveis	5.704.916,82	5.959.218,03	-4,27%	
Propriedades de investimento	-	-	-	
Goodwill	-	-	-	
Activos intangíveis	8.824,91	13.829,09	-36,19%	
Activos biológicos	-	-	-	
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	-	-	-	
Participações financeiras - outros métodos	-	-	-	
Accionistas/sócios	-	-	-	
Outros activos financeiros	18.884,97	11.494,74	64,29%	
Activos por impostos diferidos	-	-	-	
	<b>5.732.626,70</b>	<b>5.984.541,86</b>	<b>-4,21%</b>	
<b>Activo corrente:</b>				
Inventários	48.545,59	54.038,72	-10,17%	
Activos biológicos	-	-	-	
Clientes	101.579,90	116.434,82	-12,76%	
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	
Estado e outros entes públicos	36.879,16	37.850,09	-2,57%	
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/mem	4.783,37	3.598,85	32,91%	
Outras contas a receber	494.092,31	349.714,57	41,28%	
Diferimentos	7.992,31	9.212,75	-13,25%	
Outros activos financeiros	-	-	-	
Activos não correntes detidos para venda	-	-	-	
Caixa e depósitos bancários	414.112,47	801.439,86	-48,33%	
	<b>1.107.985,11</b>	<b>1.372.289,66</b>	<b>-19,26%</b>	
<b>Total do Activo</b>	<b>6.840.611,81</b>	<b>7.356.831,52</b>	<b>-7,02%</b>	
<b>FUNDOS PRÓPRIOS:</b>				
Fundos	66.517,74	66.517,74	-	
Reservas	886.129,65	886.129,65	-	
Resultados transitados	(525.218,04)	(272.208,78)	92,95%	
Excedentes de revalorização	-	-	-	
Outras variações nos fundos patrimoniais	3.570.294,07	3.750.346,46	-4,80%	
	<b>Resultado líquido do período</b>	<b>(21.220,00)</b>	<b>(253.009,26)</b>	<b>-91,61%</b>
Interesses minoritários	-	-	-	
<b>Total dos Fundos Próprios</b>	<b>3.976.503,42</b>	<b>4.177.775,81</b>	<b>-4,82%</b>	
<b>PASSIVO:</b>				
<b>Passivo não corrente:</b>				
Provisões	300,00	300,00	-0,00%	
Provisões Específicas	-	-	-	
Financiamentos obtidos	1.130.069,12	208.584,17	441,78%	
Outras contas a pagar	-	-	-	
	<b>1.130.369,12</b>	<b>208.884,17</b>	<b>441,15%</b>	
<b>Passivo corrente:</b>				
Fornecedores	402.722,41	394.640,73	2,05%	
Adiantamentos de clientes	-	1.000,00	-100,00%	
Estado e outros entes públicos	73.444,03	77.748,70	-5,54%	
Accionistas/sócios	-	-	-	
Financiamentos obtidos	40.000,00	1.115.585,69	-96,41%	
Outras contas a pagar	912.521,37	1.072.569,27	-14,92%	
Diferimentos	305.051,46	308.627,15	-1,16%	
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	
Outros passivos financeiros	-	-	-	
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	
	<b>1.733.739,27</b>	<b>2.970.171,54</b>	<b>-41,63%</b>	
<b>Total do Passivo</b>	<b>2.864.108,39</b>	<b>3.179.055,71</b>	<b>-9,91%</b>	
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>	<b>6.840.611,81</b>	<b>7.356.831,52</b>	<b>-7,02%</b>	

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**  
*(Montantes expressos em Euros)*
«Demonstração de Resultados por Naturezas»

Rendimentos e Gastos	31/12/2017 (1)	31/12/2016 (2)	Variação % (1)-(2)
Vendas e serviços prestados	2.109.053,66	2.004.094,04	5,24%
Subsídios, doações e legados à exploração	2.214.787,90	2.251.324,72	-1,62%
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-
Variação nos inventários da produção	-	-	-
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(687.942,01)	(673.174,86)	2,19%
Fornecimentos e serviços externos	(768.174,40)	(770.978,47)	-0,36%
Gastos com o pessoal	(3.006.856,22)	(2.976.386,61)	1,02%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	(33.854,78)	(7.415,59)	356,54%
Provisões (aumentos/reduções)	-	-	-
Outros rendimentos e ganhos	458.973,76	285.937,36	60,52%
Outros gastos e perdas	(25.656,50)	(39.222,74)	-34,59%
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)</b>	<b>260.331,41</b>	<b>74.177,85</b>	<b>250,96%</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(257.647,86)	(283.853,41)	-9,23%
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-	-	-
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)</b>	<b>2.683,55</b>	<b>(209.675,56)</b>	<b>-101,26%</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	2,53	382,04	-99,34%
Juros e gastos similares suportados	(23.906,08)	(43.715,74)	-45,31%
<b>Resultado antes de impostos (EBT)</b>	<b>(21.220,00)</b>	<b>(253.009,26)</b>	<b>-91,61%</b>
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>(21.220,00)</b>	<b>(253.009,26)</b>	<b>-91,61%</b>

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**  
 (Montantes expressos em Euros)

*«Demonstração de Resultados por Funções»*

Rendimentos e Gastos	31/12/2017 (1)	31/12/2016 (2)	Variação % (1)-(2)
Vendas e serviços prestados	2.109.053,66	2.004.094,04	5,24%
Custo das vendas e dos serviços prestados	(687.942,01)	(673.174,86)	2,19%
<b>Resultado bruto</b>	<b>1.421.111,65</b>	<b>1.330.919,18</b>	<b>6,78%</b>
Outros rendimentos	2.673.761,66	2.537.262,08	5,38%
Gastos de distribuição	-	-	-
Gastos administrativos	(4.032.678,48)	(4.031.218,49)	0,04%
Gastos de investigação e desenvolvimento	-	-	-
Outros gastos	(59.511,28)	(46.638,33)	27,60%
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>2.683,55</b>	<b>(209.675,56)</b>	<b>-101,28%</b>
Gastos de financiamento (líquidos)	(23.903,55)	(43.333,70)	-44,84%
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>(21.220,00)</b>	<b>(253.009,26)</b>	<b>-91,61%</b>
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>(21.220,00)</b>	<b>(253.009,26)</b>	<b>-91,61%</b>

**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SINES**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**  
(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
<b>POSIÇÃO EM 01-01-2016</b>		66.517,74	-	886.129,65	26.199,01	-	3.662.578,28	(298.407,79)	4.343.016,89	-	4.343.016,89
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis											
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações					(298.407,79)			(298.407,79)	(298.407,79)		(298.407,79)
Ajustamentos por impostos diferidos					(298.407,79)			(298.407,79)	(298.407,79)		(298.407,79)
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais											
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>											
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>											
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>											
Fundos											
Subsídios, doações e legados							87.768,18		87.768,18		87.768,18
Outras operações							87.768,18		87.768,18		87.768,18
<b>POSIÇÃO NO FIM DE 31-12-2016</b>		66.517,74	-	886.129,65	(272.208,78)	-	3.750.346,46	(253.009,26)	4.177.775,81	-	4.177.775,81

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DE 2017**  
(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	Capital realizado	Ações (quotas)	Outros instrumentos	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Outras variações no	Resultado líquido do	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
<b>POSIÇÃO EM 01-01-2017</b>		66.517,74	-	886.129,65	(272.208,78)	-	3.750.346,46	(253.009,26)	4.177.775,81	-	4.177.775,81
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis											
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações											
Ajustamentos por impostos diferidos					(253.009,26)			(253.009,26)	(253.009,26)		(253.009,26)
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					(253.009,26)			(253.009,26)	(253.009,26)		(253.009,26)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>											
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>											
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>											
Fundos											
Subsídios, doações e legados							(180.052,40)		(180.052,40)		(180.052,40)
Outras operações							(180.052,40)		(180.052,40)		(180.052,40)
<b>POSIÇÃO NO FIM DE 31-12-2017</b>		66.517,74	-	886.129,65	(255.218,04)	-	3.570.294,06	(21.220,00)	3.723.494,16	-	3.976.503,42

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Montantes expressos em Euros)

<i>Demonstração de fluxos de caixa</i>			
Rubricas	31/12/2017 (1)	31/12/2016 (2)	Variação % (1)-(2)
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método direto</b>			
Recebimentos de clientes	2.112.605,06	2.041.888,23	3,46%
Pagamentos a fornecedores	(1.493.036,17)	(1.501.295,14)	-0,55%
Pagamentos ao pessoal	(1.993.812,48)	(1.938.859,27)	2,83%
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>(1.374.243,59)</b>	<b>(1.398.266,18)</b>	<b>-1,72%</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-	-	-
Outros recebimentos/pagamentos	1.248.647,70	1.645.475,80	-24,12%
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>	<b>(125.595,89)</b>	<b>247.209,62</b>	<b>-150,81%</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis	(105.255,66)	(71.967,81)	46,25%
Ativos intangíveis	(663,00)	-	-
Investimentos financeiros	-	-	-
Outros ativos	-	-	-
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis	-	-	-
Ativos intangíveis	-	-	-
Investimentos financeiros	-	-	-
Outros ativos	2.742,91	-	-
Subsídios ao investimento	2,53	382,04	-99,34%
Juros e rendimentos similares	-	-	-
Dividendos	-	-	-
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>	<b>(103.173,22)</b>	<b>(71.585,77)</b>	<b>44,13%</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos	2.050.000,00	-	-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-	-
Cobertura de prejuízos	-	-	-
Doações	15.637,57	-	-
Outras operações de financiamento	3.777,76	4.317,52	-12,50%
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos	(2.222.228,37)	(65.177,69)	3309,49%
Juros e gastos similares	(5.745,24)	(44.157,63)	-86,99%
Dividendos	-	-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-	-
Outras operações de financiamento	-	-	-
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>	<b>(158.558,28)</b>	<b>(105.017,80)</b>	<b>50,98%</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	<b>(387.327,39)</b>	<b>70.606,05</b>	<b>-648,58%</b>
Efeito das diferenças de câmbio	-	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	801.439,86	730.833,81	9,66%
Caixa e seus equivalentes no fim do período	414.112,47	801.439,86	-48,33%

---

**Anexo às Demonstrações Financeiras**  
**31 de Dezembro de 2017**



## NOTA INTRODUTÓRIA

### NOTA 1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

A Santa Casa da Misericórdia de Sines, supostamente fundada em 1516, teve os seus estatutos aprovados em Assembleia Geral de 18 de Novembro de 1986, tendo sido concedida a sua aprovação canónica, por decreto diocesano de 27 de Dezembro de 1986, pela Diocese de Beja. Foi também reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) a 30/06/1997, pela Portaria 778/83 de 23 de Julho, pelo Ministério da Solidariedade e Segurança Social – Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social – Serviço Distrital de Setúbal.

A Santa Casa da Misericórdia de Sines é portadora do Número de Identificação Fiscal (NIF) 501408886, com sede na Avenida 25 de Abril n.º 2, freguesia e concelho de Sines.

As demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2016 foram elaboradas, em todos os aspetos materialmente relevantes, de acordo com o novo Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL) e seguem os modelos definidos na Portaria 105/2011 de 14 de Março.

### NOTA 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir de registos contabilísticos da Instituição e de acordo com a Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), aprovado pelo Decreto-lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, que aprovou o regime da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL), o qual faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, com as retificações da Declaração de Retificação nº 67-B/2009, de 11 de Setembro e com as alterações introduzidas pela Lei nº 20/2010, de 23 de Agosto.

Os instrumentos legais da normalização contabilística para as ESNL são as seguintes:

- Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março – aprova o regime contabilístico para as entidades do sector não lucrativo;
- Portaria n.º 105/2011, de 14 de Março - aprova os modelos de demonstrações financeiras a apresentar pelas entidades que apliquem o regime contabilístico ESNL;
- Portaria n.º 106/2011, de 14 de Março - aprova o código de contas específico para as entidades do sector não lucrativo;
- Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de Março - publica a norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do sector não lucrativo.

2.2 - *Não foram derogadas quaisquer disposições do ESNL que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.*

2.3 - *O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior (contas de 2016 com as de 2015).*

2.4 - A entidade adotou a NCRF-ESNL pela primeira vez em 2012.

**NOTA 3.PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Instituição na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

**3.1 – BASES DE APRESENTAÇÃO**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com a NCRF-ESNL:

**3.1.1. - PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE**

No âmbito do pressuposto da continuidade, a Instituição avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com a atividade e os fins da Instituição. Da avaliação resultou que a atividade tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

**3.1.2. – PRESSUPOSTO DO ACRÉSCIMO**

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

**3.1.3.- CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO**

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

**3.1.4. - MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO**

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode porém ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

**3.1.5. - COMPENSAÇÃO**

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido pela NCRF-ESNL. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**  
**(Montantes expressos em Euros)**

abatimentos de volume concedidos pela Instituição. A Instituição empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação.

**3.1.6. - INFORMAÇÃO COMPARATIVA**

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que a NCRF-ESNL o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

**3.2.1.– ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Instituição espera vir a incorrer. Posteriormente ao registo inicial a Instituição mantém estes ativos registados pelo método do custo, não tendo neste exercício procedido a quaisquer revalorizações.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, Decreto-lei 78/89 de 3 de Março, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**  
*(Montantes expressos em Euros)*

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em duodécimos durante as vidas úteis estimadas:

Edificações ligeiras	-	6 anos
Outros edifícios e construções		50 anos
Equipamento básico	-	6 anos
Equipamento de transporte	-	5 anos
Equipamento administrativo	-	6 anos
Equipamento informático	-	5 anos
Programas de computador		3 anos
Taras e vasilhame		8 anos

**3.2.2. – INVENTÁRIOS**

Os inventários, dada a vocação social da Entidade, são registados ao último preço de custo.

**3.2.3. – INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo menos perda por imparidade.

Os ativos financeiros são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

A perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados como reversões de perdas por imparidade, não sendo permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**  
**(Montantes expressos em Euros)**

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

**3.2.4. – RECONHECIMENTO DO RÉDITO**

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, a qual, em geral, é determinada por acordo entre a entidade e o comprador ou utente do ativo, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidade concedidos pela entidade.

O rédito inclui somente os influxos brutos de contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da instituição recebidos e a receber pela instituição de sua própria conta.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos, se necessário socorre-se do método da percentagem de acabamento ou do método do lucro nulo na impossibilidade de determinar fiavelmente o desfecho dos contratos de prestação de serviço.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente ou utente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

**3.2.5. – SUBSÍDIOS**

Os subsídios, incluindo subsídios não monetários, apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Instituição cumprirá as condições a eles associadas e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo subseqüentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

**3.2.6. – PROVISÕES**

São reconhecidas provisões apenas quando a Instituição tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, e seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**  
*(Montantes expressos em Euros)*

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões, existindo um contrato oneroso quando a Entidade é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tenha associados custos que não sejam possíveis de evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

As provisões que resultem de matérias ambientais são reconhecidas e mensuradas como provisão de acordo com a obrigação relacionada.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade, não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados apenas quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

Os ativos contingentes são divulgados quando for provável um influxo de contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Porém, quando a realização de rendimentos esteja virtualmente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é apropriado.

### 3.2.7. – LOCAÇÃO FINANCEIRA

A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato. Assim as locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e vantagens associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Quaisquer custos diretos iniciais, tais como de negociação e de garantia, são adicionados à quantia reconhecida como ativo. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

**3.2.8. – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS**

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

**3.2.9. – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS**

Os benefícios dos empregados classificam-se em:

- i) Benefícios de curto prazo;
- ii) benefícios de médio e longo prazo;
- iii) outros benefícios pós-emprego; e
- iv) benefícios de cessação.

a) Benefícios de curto-prazo

Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, contribuições para a Segurança Social, licença por doença e gratificações (pagos dentro dos 12 meses) e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, automóveis e bens ou serviços gratuitos).

b) Benefícios de médio/longo prazo

Incluem-se nesta rubrica os benefícios relacionados com licença de longo serviço, ou outros benefícios de longo serviço, benefícios de invalidez de longo prazo, e se não foram liquidáveis dentro de 12 meses, gratificações e remunerações diferidas.

A Entidade reconhece o gasto ou o passivo relativo ao benefício à medida que os trabalhadores vão adquirindo o direito ao mesmo, sendo os mesmos mensurados pelo valor presente.

c) Outros benefícios

São ainda considerados benefícios pós-emprego as seguintes rubricas: pensões, outros benefícios de reforma, seguros de vida pós-emprego e cuidados médicos pós-emprego.

d) Benefícios de cessação

Resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da Entidade cessar o contrato de trabalho de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

**3.3 – ACONTECIMENTO SUBSEQUENTES E PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO.**

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

**3.4 – PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS**

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.



NOTA 4. FLUXOS DE CAIXA

4.1 – COMENTÁRIO DO ÓRGÃO DE GESTÃO SOBRE A QUANTIA DOS SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES QUE NÃO ESTÃO DISPONÍVEIS PARA USO.

A instituição colocou num depósito a prazo 300.000 € que tem à guarda e pertencem aos utentes. Os juros desse depósito já adicionados ao montante pertencente aos utentes não sendo rendimento da Santa Casa da Misericórdia de Sines.

4.2 – DESAGREGAÇÃO DOS VALORES INSCRITOS NA RUBRICA DE CAIXA E EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. A caixa e seus equivalentes em 31/12/2016 detalha-se conforme se segue:

**Caixa e seus Equivalentes**

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Outros títulos negociáveis		
Depósitos bancários	413.327,71	800.918,18
Ativos financeiros pelo justo valor		
Caixa	<u>784,76</u>	<u>521,68</u>
	<u>414.112,47</u>	<u>801.439,86</u>

NOTA 5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS.

5.1 – APLICAÇÃO INICIAL DE DISPOSIÇÃO DA NCRF-ESNL COM EFEITOS NO PERÍODO CORRENTE OU EM QUALQUER PERÍODO ANTERIOR, OU COM POSSÍVEIS EFEITOS EM PERÍODOS FUTUROS:

À parte os efeitos da transição descritos em 2.4 não há outros efeitos da aplicação inicial da NCRF-ESNL

5.2 – ERROS MATERIALMENTE RELEVANTES DE PERÍODOS ANTERIORES

Não se verificaram erros materialmente relevantes em períodos anteriores.

NOTA 6. ACTIVOS FIXOS

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31/12/2016 e em 31/12/2017, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SINES

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em Euros)

	Ativo Bruto							
	Saldo em 1/01/2016	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2017
Terrenos e recursos naturais	-							-
Edifícios e outras construções	7.142.027,71	2.007,00			98.154,18	91.330,00		7.150.858,89
Equipamento básico	1.146.608,18	15.789,19	2.074,35		2.771,64			1.163.094,66
Equipamento de transporte	370.800,68	2.500,00			2.270,74	13.927,15		361.644,27
Equipamento administrativo	246.330,75	10.386,64			2.492,43	5.976,43		253.233,39
Equipamentos biológicos	-							-
Activos fixos tangíveis em curso	71.783,32	70.356,96			58.115,63	85.918,95		114.336,96
Outros activos fixos tangíveis	361.017,14	3.490,05	139,00		5.080,33	266,75		369.181,77
	<b>9.338.567,78</b>	<b>104.529,84</b>	<b>2.213,35</b>	<b>-</b>	<b>168.884,95</b>	<b>197.419,28</b>	<b>-</b>	<b>9.412.349,94</b>

**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SINES**

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

*(Montantes expressos em Euros)*

**Depreciações Acumuladas**

	<b>Saldo em 01/01/2016</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Abates e Alienações</b>	<b>Correções e Transf.</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Abates e Alienações</b>	<b>Correções e Transf.</b>	<b>Saldo em 31/12/2017</b>
Terrenos e recursos naturais	1.515.047,59	161.374,35			153.463,44	4.739,84		1.825.145,54
Edifícios e outras construções	825.623,79	76.801,76	929,82		65.793,09	0,03		967.288,79
Equipamento básico	353.393,76	7.140,52			4.791,98	13.927,15		351.399,11
Equipamento de transporte	228.691,12	8.349,93			6.932,66	5.976,43		237.997,28
Equipamentos administrativo								0,00
Equipamentos biológicos								
Outros ativos fixos tangíveis	283.873,13	22.300,11			19.429,16			325.602,40
	<b>3.206.629,39</b>	<b>275.966,67</b>	<b>929,82</b>	<b>0,00</b>	<b>250.410,33</b>	<b>24.643,45</b>	<b>0,00</b>	<b>3.707.433,12</b>

## Gastos com Depreciações

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>Ativos Fixos Tangíveis</b>		
Terrenos e recursos naturais		
Edifícios e outras construções	151.545,48	161.374,35
Equipamento básico	66.036,60	76.801,76
Equipamento de transporte	4.791,98	7.140,52
Equipamento administrativo	6.932,66	8.349,93
Equipamentos biológicos		
Outros ativos fixos tangíveis	19.429,16	22.300,11
	<u>248.735,88</u>	<u>275.966,67</u>

## ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31/12/2016 e em 31/12/2017, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos intangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

	<b>Activo Bruto</b>								
	<u>Saldo em 01/01/2016</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Abates e Alienações</u>	<u>Correções e Transf.</u>	<u>Saldo em 31/12/2016</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Abates e Alienações</u>	<u>Correções e Transf.</u>	<u>Saldo em 31/12/2017</u>
Goodwill					-				-
Projetos de desenvolvimento					-				-
Programas de computador	31.407,77	2.934,13			34.341,90	3.244,80			37.586,70
Propriedade industrial					-	663,00			663,00
Outros ativos intangíveis					-				-
...					-				-
	<u>31.407,77</u>	<u>2.934,13</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>34.341,90</u>	<u>3.907,80</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>38.249,70</u>

Amortizações Acumuladas

	Saldo em 01/01/2016	Aumentos	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2016	Aumentos	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2017
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas de computador	12.626,07	7.886,74	-	-	20.512,81	8.873,33	-	-	29.386,14
Propriedade industrial	-	-	-	-	-	38,65	-	-	38,65
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>12.626,07</u>	<u>7.886,74</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>20.512,81</u>	<u>8.911,98</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>29.424,79</u>

Gastos com Amortizações

	2017	2016
<b>Ativos Intangíveis</b>		
Projetos de desenvolvimento	-	-
Programas de computador	8.873,33	7.886,74
Propriedade industrial	38,65	-
Outros ativos intangíveis	-	-
...	-	-
	<u>8.911,98</u>	<u>7.886,74</u>

NOTA 7. LOCAÇÕES

Em 31/12/2016 e 31/12/2017, a Instituição apresenta os seguintes valores em regime de locação financeira, sendo os respetivos passivos relacionados com locações distribuídos da seguinte forma:

2016	Ativos em Locação Financeira			Passivos por Locação Financeira	
	Valor Bruto	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido	Não Corrente	Corrente
Terrenos e recursos naturais			-		
Edifícios e outras construções			-		
Equipamento básico			-		
Equipamento de transporte	9.143,67	4.694,82	4.448,85	4.448,85	
Equipamento administrativo			-		
Equipamentos biológicos			-		
Outros ativos fixos tangíveis			-		
	<u>9.143,67</u>	<u>4.694,82</u>	<u>4.448,85</u>	<u>4.448,85</u>	<u>-</u>
<b>2017</b>	<b>Valor Bruto</b>	<b>Depreciações Acumuladas</b>	<b>Valor Líquido</b>	<b>Não Corrente</b>	<b>Corrente</b>
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções					
Equipamento básico					
Equipamento de transporte	4.448,85	4.448,85	-	-	
Equipamento administrativo					
Equipamentos biológicos					
Outros ativos fixos tangíveis					
	<u>4.448,85</u>	<u>4.448,85</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<b>Capital em Dívida</b>	<b>Capital em Dívida</b>			
	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2017</b>			
Pagamentos até 1 anos	4.448,85	-			
Pagamentos entre 1 e 5 anos					
Pagamentos a mais de 5 anos					
	<u>4.448,85</u>	<u>-</u>			

NOTA 8. IMPARIDADE DE ATIVOS

As perdas por imparidade de ativos são detalhadas conforme se segue:

	Imparidades Acumuladas						Saldo em 31/12/2017
	Saldo em 01/01/2016	Aumentos	Reversões	Saldo em 31/12/2016	Aumentos	Reversões	
Ativos Fixos Tangíveis							
Terrenos e recursos naturais				-			-
Edifícios e outras construções				-			-
Equipamento básico				-			-
Equipamento de transporte				-			-
Equipamento administrativo				-			-
Equipamentos biológicos				-			-
Outros ativos fixos tangíveis				-			-
Ativos Intangíveis							
Goodwill				-			-
Projetos de desenvolvimento				-			-
Programas de computador				-			-
Propriedade industrial				-			-
Outros ativos intangíveis				-			-
...				-			-
Propriedades de Investimento				-			-
Investimentos financeiros				-			-
Investimentos em curso				-			-
Inventários				-			-
Clientes	66.353,12	7.415,59	14.772,68	58.996,03	48.108,09	15.528,80	91.575,32
Outros devedores				-			-
Ativos não correntes detidos para venda				-			-
	<u>66.353,12</u>	<u>7.415,59</u>	<u>14.772,68</u>	<u>58.996,03</u>	<u>48.108,09</u>	<u>15.528,80</u>	<u>91.575,32</u>



Perdas por Imparidade

	<u>Saldo em 01/01/2016</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Reversões</u>	<u>Saldo em 31/12/2016</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Reversões</u>	<u>Saldo em 31/12/2017</u>
Ativos Fixos Tangíveis							
Terrenos e recursos naturais				-			-
Edifícios e outras construções				-			-
Equipamento básico				-			-
Equipamento de transporte				-			-
Equipamento administrativo				-			-
Equipamentos biológicos				-			-
Outros ativos fixos tangíveis				-			-
Ativos Intangíveis							
Goodwill				-			-
Projetos de desenvolvimento				-			-
Programas de computador				-			-
Propriedade industrial				-			-
Outros ativos intangíveis				-			-
...				-			-
Propriedades de Investimento				-			-
Investimentos financeiros				-			-
Investimentos em curso				-			-
Inventários				-			-
Clientes	12.667,06		5.251,47	7.415,59	48.108,09	14.253,31	33.854,78
Outros devedores				-			-
Ativos não correntes delidos para venda				-			-
		<u>-</u>	<u>5.251,47</u>	<u>7.415,59</u>	<u>48.108,09</u>	<u>14.253,31</u>	<u>33.854,78</u>

**NOTA 9. INVENTÁRIOS**

Em 31/12/2016 e em 31/12/2017, os inventários da Instituição são detalhados conforme se segue:

**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SINES**

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

*(Montantes expressos em Euros)*

	Inventários						
	Inventário em 01/01/2016	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31/12/2016	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31/12/2017
Matérias-primas e consumíveis	4.444,98	627.828,97	24.407,12	6.669,14	640.393,27	29.409,40	7.303,68
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
Produtos acabados	-	-	-	-	-	-	-
Mercadorias	3.728,02	87.698,44	306,30	19.142,99	78.431,38	358,46	19.623,23
Materiais diversos	21.428,16	8.639,41	1.840,98	28.226,59	211,79	6.819,70	21.618,68
	<b>29.601,16</b>	<b>724.166,82</b>	<b>26.554,40</b>	<b>54.038,72</b>	<b>719.036,44</b>	<b>36.587,56</b>	<b>48.545,59</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				<b>673.174,86</b>			<b>687.942,01</b>
Variações nos inventários da produção				-			-

**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SINES**

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**  
(Montantes expressos em Euros)

**NOTA 10. RÉDITO**

O rédito reconhecido pela Instituição em 31/12/2016 e em 31/12/2017 é detalhado conforme se segue:

	Réditos							
	2016			2017				
	Valor Nominal	Valor reconhecido	Valor Diferido	Valor de acréscimo	Valor Nominal	Valor reconhecido	Valor Diferido	Valor de acréscimo
<b>Venda de mercadorias</b>	<b>68.034,61</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>73.304,57</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Fraldas	59.431,12				67.424,42			
Medicamentos	49,99				300,00			
Outros produtos	8.553,50				5.580,15			
<b>Prestação de serviços</b>	<b>1.936.059,43</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.035.749,09</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Matrículas e Mensalidades	1.840.888,55				1.939.807,45			
Complementos p/dependência	30.918,92				25.772,42			
Quotizações	5.606,28		0,00		5.627,28			
Meios compl. diagnóstico	1.669,43				1.022,69			
Outros	<b>56.976,25</b>				63.519,25			
<b>Juros</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Juros de empréstimos								
Juros de atualização de valor								
<b>Royalties</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Área de Negócio 1								
Área de Negócio 2								
<b>Dividendos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Área de Negócio 1								
Área de Negócio 2								
<b>TOTAL</b>	<b>2.004.094,04</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.109.053,66</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SINES

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em Euros)

NOTA 11. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

A evolução das provisões nos períodos findos em 31/12/2016 e em 31/12/2017 é detalhada conforme se segue:

	Provisões			
	Saldo em 01/01/2016	Constituição e reforço	Reversões e utilizações	Saldo em 31/12/2016
Garantias a clientes	-	-	-	-
Processos judiciais em curso	-	-	-	-
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Contratos onerosos	-	-	-	-
Reestruturação	-	-	-	-
Desmantelamento e restauro de ativos fixos tangíveis	-	-	-	-
Outras provisões	300,00	-	-	300,00
Matérias ambientais	-	-	-	-
	<u>300,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>300,00</u>
				<u>Reversões e utilizações</u>
				<u>300,00</u>
				<u>Saldo em 31/12/2017</u>
				<u>-</u>

**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SINES**

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**  
(Montantes expressos em Euros)

**NOTA 12. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS**

Os registos dos subsídios ocorreram conforme segue:

	Data de Início	Data de fim	Valor atribuído	Subsídios							
				Balança			Demonstração de resultados				
				Capital próprio	Diferimentos	Financiamentos	Imputação de subsídios para investimentos	Subsídios à exploração			
2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016				
<b>Subsídios relacionados com activos</b>											
PIDDAC - Lar Prats	2 001	2 050	3.029.602,47	3.469.834,07	3.558.556,46	-	-	98.723,73	96.856,56	-	-
CMS - Lar Prats	2 001	2 050	869.532,79	504.992,95	526.436,47	-	-	21.443,52	21.443,52	-	-
Sinergia 2000(Edifícios L.Âncora/P.abrigo/Sala Formaç	2 003	2 052	145.821,96	98.939,87	101.620,31	-	-	2.680,44	2.680,44	-	-
Empresa de Inserção - Inserlimpa			218.160,60	148.153,87	151.954,03	-	-	3.800,16	3.800,16	-	-
Saão Social	2 007	2 056	18.700,11	1.525,98	1.525,98	-	-	2.439,96	2.439,96	-	-
FEDER - Inalentejo	2 010	2 064	122.000,00	95.160,18	97.600,14	-	-	52.675,20	52.427,76	-	-
IFAP - PRODER	2 011	2 060	1.621.954,26	2.515.238,68	2.555.856,28	-	-	14.934,48	14.064,72	-	-
CIG-Comissão p/Cidadania e Igualdade de Género			33.432,75	56.572,51	73.563,25	-	-	749,97	-	-	-
<b>Subsídios à exploração</b>			-	-	50.000,00	-	-	-	-	2.212.990,45	2.063.833,47
Centro Regional			-	-	-	-	-	-	-	1.981.278,07	1.916.664,48
IEFP			-	-	-	-	-	-	-	43.221,37	39.834,06
POISE			-	-	-	-	-	-	-	153.491,01	100.334,93
Aularquia			-	-	-	-	-	-	-	35.000,00	7.000,00
<b>Reembolsáveis</b>			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incentivo 1			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incentivo 2			-	-	-	-	-	-	-	-	-
			<b>3.029.602,47</b>	<b>3.469.834,07</b>	<b>3.558.556,46</b>	-	-	<b>98.723,73</b>	<b>96.856,56</b>	<b>2.212.990,45</b>	<b>2.063.833,47</b>

## Doações e Heranças

	2017	2016
Donativos	47.274,05	187.491,25
	<u>47.274,05</u>	<u>187.491,25</u>

NOTA 13. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não ocorreram acontecimentos após a data do balanço, que dessem origem a ajustamentos das demonstrações financeiras nem tão pouco a divulgação.

NOTA 14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Entidade desenvolve uma variedade de instrumentos financeiros, no âmbito da sua política de gestão, nomeadamente:

## Clientes

	Quantia Nominal		Imparidade		Valor líquido	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017
<b>Clientes Correntes</b>						
Saldos não vencidos						
Saldos vencidos:						
Até 180 dias	101.662,14	103.380,18			101.662,14	103.380,18
De 180 a 360 dias		23.196,48			0,00	23.196,48
Mais de 360 dias	37.080,75		-58.996,03		-21.915,28	0,00
<b>Clientes de Cobranças Duvidosas</b>					0,00	0,00
Saldos não vencidos					0,00	0,00
Saldos vencidos:					0,00	0,00
Até 180 dias					0,00	0,00
De 180 a 360 dias				-24.996,76	0,00	-24.996,76
Mais de 360 dias	36.687,96	66.578,56		-66.578,56	36.687,96	0,00
	<u>175.430,85</u>	<u>193.155,22</u>	<u>-58.996,03</u>	<u>-91.575,32</u>	<u>116.434,82</u>	<u>101.579,90</u>

**Outras Contas a Receber**

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fornecedores (saldos contrários)	-	
Adiant. e outras operações com o pessoal	3.298,95	6.076,87
Empresas do Grupo e Participadas		
Outros acionistas		
Adiant. a fornecedores de investimentos		
Devedores por acréscimo de rendimentos		
Juros a Receber		
Faturação a emitir		
Outros acréscimos de rendimentos	133.623,67	7.660,51
Outros Devedores		
Subsídios a receber	310207,35	309773,15
Outros	<u>46962,34</u>	<u>26204,04</u>
	<u><b>494.092,31</b></u>	<u><b>349.714,57</b></u>

**Diferimentos Ativos**

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Diferimento de gastos		
Obras		
Rendas		
Vestuário e calçado doado		
Outros gastos diferidos	<u>7.992,31</u>	<u>9.212,75</u>
	<u><b>7.992,31</b></u>	<u><b>9.212,75</b></u>



**Empréstimos e Descobertos Bancários**

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>Não Correntes</b>		
Empréstimos Bancários	1.130.069,12	208.584,17
Contas Correntes Caucionadas		
Descobertos Bancários		
Locação Financeira		-
	<u>1.130.069,12</u>	<u>208.584,17</u>
<b>Correntes</b>		
Empréstimos Bancários		186666,51
Descobertos Bancários		
Livranças		
Contas Correntes Caucionadas	40.000,00	924.470,33
Factoring		
Locação Financeira		4448,85
	<u>40.000,00</u>	<u>1.115.585,69</u>
	<u>1.170.069,12</u>	<u>1.324.169,86</u>

**Prazo de Reembolso dos Empréstimos**

	<u>Total</u>	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>
Empréstimos Bancários	1.130.069,12		167.695,42	962.373,70
Descobertos Bancários	-	-		
Livranças	-	-		
Contas Correntes Caucionadas	40.000,00	40.000,00		
Factoring	-	-		
Papel comercial	-			
Locação Financeira	-			
	<u>1.170.069,12</u>	<u>40.000,00</u>	<u>167.695,00</u>	<u>962.374,00</u>

**Discriminação dos financiamentos obtidos em 2016 e 2017**

<b>Entidade</b>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa Geral de Depósitos	-	186.666,51
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo	1.002.373,70	924.470,33
Banco Espírito Santo	167.695,42	208.584,17
FGA Capital	-	4.448,85
<b>Total</b>	<u>1.170.069,12</u>	<u>1.324.169,86</u>

**Fornecedores**

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fornecedores, Conta Corrente	402.722,41	394.640,73
Fornecedores, títulos a pagar .		
Fornecedores, faturas em rec. e conf.		
	<u>402.722,41</u>	<u>394.640,73</u>

## Estado e Outros Entes Públicos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Finanças	25.103,67	24.547,35
Segurança Social	(61.084,51)	(64.445,96)
Outros	<u>(584,03)</u>	
	<u><b>(36.564,87)</b></u>	<u><b>(39.898,61)</b></u>

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>Saldos Devedores</b>		
IRC – A Recuperar		
IRC – Pagamento por Conta		
Retenção imposto s/ rend.		
IVA - A Recuperar	36.879,16	37.850,09
Restantes Impostos		
Contribuição p/ Seg. Social		
	<u><b>36.879,16</b></u>	<u><b>37.850,09</b></u>

**Saldos Credores****Corrente**

IRC - A Pagar		
Retenção imposto s/ rend.	(11.775,49)	(12.631,75)
Retenção imposto s/ rend. - prestacional		
IVA - A Pagar		
Restantes Impostos		
Contribuição p/ Seg. Social	(61.084,51)	(64.445,96)
Outras Tributações	<u>(584,03)</u>	<u>(670,99)</u>
	<u><b>(73.444,03)</b></u>	<u><b>(77.748,70)</b></u>

**Não corrente**

Contribuição p/ Seg.Social - prestacional		
	<u><b>(36.564,87)</b></u>	<u><b>(39.898,61)</b></u>

## Outras Contas a Pagar

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>Não Correntes</b>		
Cientes (saldos contrários)		
Pessoal		
Fornecedores de investimentos		
Adiantamentos por conta de vendas		
	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Corrente</b>		
Cientes (saldos contrários)		
Pessoal	1.611,14	2.276,52
Empresas do Grupo e Participadas		
Outros acionistas		
Fornecedores de investimentos	88.452,26	105.107,15
Adiantamentos por conta de vendas	1.000,00	900,00
Credores por acréscimos de gastos	432.278,72	428.184,14
Remunerações a pagar ao pessoal	405.252,34	415.513,54
Juros a liquidar	-	-
Outros acréscimos de gastos	27.026,38	12.670,60
Outros Credores	<u>390.179,25</u>	<u>536.101,46</u>
	<u>912.521,37</u>	<u>1.072.569,27</u>
	<u><b>912.521,37</b></u>	<u><b>1.072.569,27</b></u>

## Diferimentos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Diferimentos de Rendimentos		
Faturação antecipada		
Projetos em curso		
Outros rendimentos a reconhecer	<u>305.051,46</u>	<u>308627,15</u>
	<u><b>305.051,46</b></u>	<u><b>308.627,15</b></u>

NOTA 15. BENEFÍCIO DOS EMPREGADOS

O número médio de funcionários ao serviço da Instituição em 31/12/2017 foi de 218 pessoas.

**Gastos com o Pessoal**

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Remunerações dos Órgãos Sociais		
Remunerações do pessoal	(2.402.032,12)	(2.396.879,79)
Encargos sobre Remunerações	(533.660,04)	(527.161,40)
Seguro Ac. Trab. e Doenças Profi.	(22.375,44)	(22.596,46)
Estimativa para participação nos lucros		
Outros gastos com Pessoal	(48.788,62)	(29.748,96)
	<u>(3.006.856,22)</u>	<u>(2.976.386,61)</u>

**Número Médio de Colaboradores**

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lar Prats	29	29
Anexo 1	11	13
Jardim Infantil (Creche/Pré-Escolar)	15	16
Serviço Apoio Domiciliário	12	12
Lar Âncora	12	12
Centro de Acolhimento Mãe Sol	7	7
Centro de Acolhimento Porto de Abrigo	6	6
Centro de Dia	2	2
Lavandaria/Rouparia	8	9
Transportes	3	3
Limpeza	17	16
Cozinhas	23	20
Acção Social	1	1
Manutenção/Portaria	2	2
Administrativos	10	10
Saúde	12	15
Animação	1	1
Multimédia e Divulgação	2	3
Lar Prats Sénior	31	33
Aprovisionamento/Armazém	5	5
Estágios	0	1
CEI	3	4
Fisioterapia	1	3
RLIS	4	5
CLDS	1	0
	<u>218</u>	<u>228</u>

NOTA 16. DETALHE DE GASTOS E RENDIMENTOS

Apresentamos os comparativos discriminados dos saldos em 31/12/2016 e 31/12/2017 de rubricas de gastos e de rendimentos não incluídas nos pontos anteriores:

**16.1 – Fornecimentos e Serviços Externos**

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Trabalhos especializados	123.533,69	136.603,87
Publicidade e propaganda	653,44	3.160,19
Vigilância e segurança	46.325,47	1.742,80
Honorários		27.507,57
Conservação e reparação	33.456,49	39.309,89
Encargos de saúde com utentes	47.384,00	52.735,54
Serviços Bancários	2.502,46	3.537,76
Funerais suportados	1.985,00	5.795,00
Ferramentas e Utensílios	42.433,59	34.685,13
Livros e documentação técnica	185,14	406,82
Material de escritório	15.727,23	17.385,77
Artigos para oferta	2.096,58	2.208,87
Material didático	2.234,74	3.786,12
Jornais e revistas	1.648,88	1.094,20
Vestuário e calçado de utentes	1.201,02	3.157,66
Rouparia	41,17	162,02
Eletricidade	82.191,48	76.484,78
Combustíveis	71.604,39	74.075,36
Água	2.512,83	3.813,39
Deslocações e estadas	5.912,19	6.878,38
Comissões	10.733,33	0,00
Rendas e alugueres	26.887,68	20.305,40
Comunicação	28.111,70	27.466,51
Seguros	13.657,26	16.268,06
Contencioso e notariado	668,75	350,70
Despesas de representação	1.087,00	2.731,98
Limpeza, higiene e conforto	189.393,11	195.183,76
Outros	14.005,78	14.140,94
	<u><u>768.174,40</u></u>	<u><u>770.978,47</u></u>

**16.2 – Juros e Gastos Similares**

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Juros de financiamento obtidos	23.670,84	43.715,55
Juros de mora e compensatórios	0,00	0,00
Outros juros	235,24	0,19
	<u><u>23.906,08</u></u>	<u><u>43.715,74</u></u>

**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SINES**

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**  
*(Montantes expressos em Euros)*

**16.3 – Rendimentos e Ganhos de Financiamento**

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Juros de depósitos bancários	2,53	382,04
	<u>768,32</u>	<u>382,04</u>

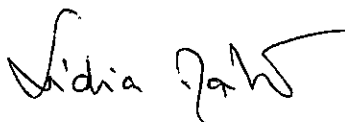
**16.4 – Outros Gastos e Perdas**

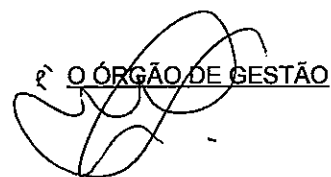
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Impostos	1.050,04	827,11
Correções relativas a períodos anteriores	21.462,26	35.593,20
Donativos	550,00	50,00
Quotizações	2.570,00	2.630,00
Doações a outras Instituições	0,00	0,00
Perdas em Imobilizações	0,00	84,93
Multas não fiscais	24,20	37,50
	<u>25.656,50</u>	<u>39.222,74</u>

**16.5 – Outros Rendimentos e Ganhos**

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Aluguer Equipamento	33.240,30	31.612,32
Ganhos em imobilizações	110.742,91	
Outros Rendimentos Suplementares	4.579,31	43.476,42
Correções relativas a períodos anteriores	207.702,40	95.275,93
Imputação subsídios para investimento	98.723,73	96.856,56
Proveitos não especificados	18.238,42	7.246,93
	<u>473.227,07</u>	<u>274.468,16</u>

O CONTABILISTA CERTIFICADO



  
O ÓRGÃO DE GESTÃO

Santa Casa da Misericórdia de Sines  
NIF: 501 408 886  
Av. 25 de Abril, Nº 2 - 7520-107 Sines  
Telf: 269 630 460 - Fax: 269 630 469